

**ESTUDOS DO SUJEITO DE REFERÊNCIA INDETERMINADA:
UMA BREVE ANÁLISE DAS FORMAS VOCÊ E EU**

Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)

lhpr@terra.com.br

Mônica dos Santos Souza (UFES)

monica.vit@hotmail.com

1. Introdução

Em nossas análises linguísticas é fundamental fazermos uma integração entre sintaxe, semântica e pragmática, como advoga Givón (1984 *apud* DECAT, 1999, p. 215). Percebe-se assim, tanto o componente sintático quanto o semântico estão subordinados ao componente pragmático. Dessa forma, nota-se que há outras formas linguísticas que criam um efeito de indeterminação do sujeito, visto que não basta apenas colocar o verbo na 3ª pessoa do plural sem antecedente ou usá-lo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se* + verbos intransitivos (cf. *Vive-se bem em Vitória*), ou a partícula *se* + verbo transitivo indireto (cf. *Precisa-se de secretária*), ou ainda a partícula *se* + verbo de ligação (cf. *No dia do casamento, sempre se fica nervoso*), para se obter um sujeito indeterminado.

Neste sentido, o interesse desse estudo será tanto em descrever como em explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso. Também nos propomos a apresentar outras formas de indeterminação do sujeito, como é o caso que temos observado em contextos reais de interação verbal, do uso dos pronomes *eu* e *você*. Para isso, foi necessário investigarmos os gêneros textuais utilizados na situação comunicativa, em que foram empregados os pronomes *você* e *eu* para criar um efeito de indeterminação do sujeito. Percebemos que o fenômeno só é possível porque ocorre um afastamento de tais formas de uma situação de interação verbal face a face, com isso, elas podem apresentar referência indeterminada. Para proceder tais análises, foram adotados os preceitos do funcionalismo linguístico por considerar como objeto de análise a língua em uso.

2. O funcionalismo linguístico

Ao tentar estabelecer as origens da abordagem funcional, Givón (2001) relata-nos que os precursores do funcionalismo na linguística não devem ser procurados nos trabalhos dos linguistas, mas sim, nos dos antropólogos, psicólogos e biólogos. E muito antes deles, no trabalho dos filósofos. Para ele, o funcionalismo remonta a Aristóteles, que de forma mais ou menos solitária, desbancou as duas escolas estruturalistas que até então dominavam o pensamento biológico. Não obstante, Givón (2001) também lembra-nos que, paradoxalmente, foi Aristóteles em sua semiótica – teoria de signos – lançou as bases da abordagem estruturalista da língua, a antítese do funcionalismo.

Na mesma obra, o linguista mostra qual concepção de língua permeia seu trabalho fazendo referência a alguns linguistas, entre eles, Edwar Sapir “homenageio nossos progenitores intelectuais mais diretos, através destas citações, começando por Edward Sapir” (GIVÓN, 2001, p. 1). Assim,

A língua é um método totalmente humano e não-instintivo de comunicar ideias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos[...]. Portanto, nós devemos aceitar a língua como um sistema funcional completamente formado na constituição da psique humana ou na constituição “espiritual”. Nós não podemos defini-la como uma entidade unicamente psicofísica, embora a base psicofísica seja essencial para o seu funcionamento [...] (SAPIR, 1921, *apud* GIVÓN, 2001, p. 1).

Através desta citação, percebemos uma das principais funções da linguagem, isto é, a função de língua como instrumento de comunicação, esta é a que permeia o trabalho da maior parte dos linguistas, que opta pelo viés funcionalista da linguagem.

Por outro lado, cabe-nos aqui fazer uma reflexão sobre o próprio termo *função*. Neves (1997), em sua obra *Gramática Funcional*, retoma Martinet (1994) e tece algumas considerações a respeito desse termo crucial para os autores funcionalistas. Assim, segundo Martinet (1994), o termo função só tem sentido “em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros” (MARTINET, 1994, *apud* Neves, 1997, p. 5-6). Ainda seguindo esta linha, a autora cita Dillingier (1978) e diz que em linguística o termo função tem o sentido de “relação”, especificamente em referência às línguas, função pode designar tanto as relações entre uma forma e outra (função interna) quanto entre uma forma e seu significado (função semântica) e ainda pode significar a relação entre o sistema de formas e seu

contexto (função externa). De acordo com a autora, da mesma que o formalismo não distingue claramente entre o estudo da forma linguística e o uso de dispositivos formais, o funcionalismo não identifica de maneira transparente quais funções ou relações serão objeto de estudo (NEVES, 1997, p. 6). Nessa perspectiva, ela mostra algumas contribuições de linguistas referente ao que vem a ser *funções da linguagem*.

Neves (1997) inicia seu trabalho retomando a proposta de Karl Bühler, por considerá-la fundamental entre os estudiosos da questão. Temos assim, segundo Bühler, três funções da linguagem, a de *representação*, a de *exteriorização psíquica* e a de *apelo*, sendo a função representativa a que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana. Além de Bühler, verifica-se ainda a proposição de Mathesius (1923, *apud* DANES, 1987, p. 11-12), isto é, para ele a função externa da linguagem é a comunicativa, considerada básica, já a função expressiva trata da manifestação espontânea das emoções do falante. Além dessas, notamos que para Mathesius, os enunciados de caráter puramente comunicativo ocorrentes num discurso científico, constituem únicos casos em que há uma função de representação no sentido de Bühler.

Em relação à Escola Linguística de Praga, temos a figura de Roman Jakobson, com seu quadro de funções da linguagem, que na verdade é uma reformulação das três funções apresentadas de Bühler. Assim, Jakobson acrescentou outras funções, totalizando seis tipos, são elas: referencial (ligada ao contexto), emotiva (ao remetente), conotativa (ao destinatário), fática (ao contato), metalinguística (ao código) e por último a função poética (à mensagem).

Por outro lado, percebemos a complexidade em definir a própria linha de pesquisa que se denomina “funcionalista”. Neves (1997) em “Modelos funcionalistas” apresenta-nos o funcionalismo de Michael Halliday e de Simon Dik. Ela também retoma Nichols (1984) para informar que na realidade existem muitos “funcionalismos”, isto é, o *conservador*, o *extremado* e o considerado *moderado*. Dessa forma,

[...] o tipo conservador apenas aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura. O tipo moderado não apenas aponta essa inadequação, mas vai além, propondo uma análise funcionalista da estrutura. Já o funcionalismo extremado, nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função, não havendo, pois, restrições sintáticas (NEVES, 1997, p. 55-56).

Para a linguista, o funcionalismo de Sandra Thompson (1987) em “*That-deletion from a discourse perspective*”, o de Paul Hopper (1987)

em *Emergent Grammar* e o de Givón (1979c) em *On Understanding Grammar* é considerado “extremo” por Van Valin (1990) pela negação que fazem da concepção saussuriana da linguagem como um sistema estrutural e também por defenderem que a gramática pode ser reduzida ao discurso. Por outro lado, o funcionalismo “moderado”, segundo Van Valin (1990), está presente no funcionalismo de Simon Dik, no de Halliday, no seu próprio e no de Givón (1984; 1990; 1993) enquanto realiza pesquisas de base funcionalistas, como, por exemplo, o exame dos aspectos icônicos da gramática em que acentua a natureza abstrata e formal da estrutura sintática.

Interessante também mostrarmos neste apanhado o pensamento de Cunha, Costa e Cezario (2003) sobre o funcionalismo linguístico contemporâneo. Para os autores o funcionalismo diferencia-se das abordagens formalistas (estruturalismo e gerativismo) por entender a linguagem como um instrumento de interação social, como também pelo interesse linguístico em ir além da estrutura gramatical, buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Assim, no polo funcionalista, a língua é concebida como um instrumento de comunicação em suas diversas situações de uso, não podendo, com isso, ser tratada como um objeto autônomo, como querem os formalistas. Nesta perspectiva, há uma forte vinculação entre discurso e gramática, discurso entendido apenas relacionado às estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. Dessa maneira, a sintaxe adquire sua forma em razão das estratégias de organização de informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Portanto, nas análises de cunho funcionalistas, precisamos compreender o fenômeno sintático, estudar a língua em uso, porque é nesse espaço que a gramática é constituída.

3. Referenciação

Em uma obra dedicada inteiramente à reflexão e compreensão dos sentidos do texto, Cavalcante (2012) coloca a referenciação um dos fenômenos textual-discursivo mais importante para a produção e o conhecimento dos textos, seja ele oral ou escrito. Por referente, a autora esclarece sendo qualquer objeto, entidade, ou representação construída a partir do texto, assim, referenciação é a própria ação em referir um objeto do discurso. Para ela, no processo de referenciação está intrínseco

(...) um conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da construção compartilhada dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido (s) (CAVALCANTE, 2012, p. 113).

Neste sentido, a autora fala na elaboração da realidade por parte dos participantes da cena enunciativa, sendo ela resultante de uma negociação entre esses participantes, a elaboração não é puramente um processo subjetivo, individual, mas sim, um processo negociado, cooperativo, intersubjetivo. Assim, as ideias não se processam isoladamente na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros participantes incluídos na situação, segundo ela. Por isso, fala em intersubjetividade e acredita que a partir da percepção do agir e do modo de pensar do outro, estabelece-se as construções negociadas dos referentes.

Como a autora mesma diz, está implícito na proposta da sua obra *Os sentidos do texto* o modelo dos estudos linguísticos que privilegiam a interação social. Em consonância com este modelo, temos também a perspectiva de Koch, Morato e Bentes (2010) onde observam que a referenciação tradicionalmente tem sido entendida como um problema de representação do mundo e que as formas linguísticas selecionadas de acordo com esta visão devem estar em correspondência ou não com os objetos do mundo a que lhes cabem refletir.

No entanto, as organizadoras de *Referenciação e discurso* mostram que estudos mais atuais, entre eles, de Lorenza Mondada e D. Dubois, adotam uma perspectiva sociocognitiva e interacionista no entendimento da relação entre linguagem e mundo, ou seja, não veem a simples relação entre as palavras e as coisas, mas sim, uma “relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadore” (p. 7).

Ao retomar Mondada (2001), Koch (2010) mostra a tese em que Mondada substitui a noção de referência por referenciação e, consequentemente, a noção de referente pela de objeto-de-discurso. Dessa forma, observa que a referenciação,

(...) não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadore (MONDADA, 200, *apud* KOCH, 2010, p. 34).

E sobre os referentes, contata que

os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.e., entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos do discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva (MONDADA, 2001, *apud* KOCH, 2010, p. 34).

Assim, Koch (2010) configura a referenciação uma atividade discursiva em que é o sujeito quem decide sobre o material linguístico em função da situação comunicativa em que está envolvido, isto é, a intenção dos interlocutores é guiar suas escolhas na cena enunciativa.

Percebemos assim, a utilização de diversas formas ou expressões linguísticas para criar um efeito de sujeito de referência indeterminada, por exemplo, os pronomes “eu” e “você” cuidadosamente selecionados pelos profissionais da área para comporem as peças publicitárias selecionadas e que fazem parte da nossa amostra. Para procedermos às análises, relevante se faz compreendermos a complexidade da noção de gênero textual e sua relação com nossas escolhas e com nossa vida cotidiana.

4. Os gêneros textuais

A dificuldade em conceituar os gêneros textuais é notória, no entanto, há uma gama de estudiosos que se propuseram formular teorias sobre a complexidade do assunto. O teórico russo Mikhail Bakhtin (1977) em sua obra *Estética da Criação Verbal* já colocava essa complexidade logo no início do capítulo “Gêneros do Discurso” destinado à reflexão e conceitualização dos gêneros. Intrínseca à sua visão de gênero, percebe-se uma visão dialógica da linguagem que relaciona os gêneros com os diversos campos da atividade humana. Para Bakhtin,

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem [...] mas, acima de tudo, por sua construção composicional. [...] cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 1992, p. 261-262).

Neste sentido, a relativa estabilidade dos gêneros se dá em cada esfera da atividade humana onde comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Segundo o teórico, a noção “relativamente estável” não diz respeito apenas ao aspecto formal, mas reflete a historicidade, a natureza social e dialógica dos gêneros.

Bakhtin (1992) também nos traz a distinção entre o que ele próprio designa de gênero do discurso primário (simples) e secundário (complexos). Assim, os primeiros ao se tornarem componentes dos segundos, transformam-se dentro deles e adquirem uma característica particular, perdendo sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos anunciados alheios. O teórico russo acrescenta que os gêneros secundários surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente mais desenvolvido e organizado predominantemente na escrita.

Semelhante a essa noção bakhtiniana de gênero, temos a construção teórica que Charles Bazerman (2005) fez sobre o tema. Segundo ele, sua preocupação fulcral é em fornecer uma série de conceitos para realização de uma análise textual mais ampla, e ainda verificar como os textos relacionam-se com as atividades e a vida das pessoas. O autor observa uma série de eventos que se relacionam e a geração de diversos textos escritos e falados que criam realidades, o que ele chama de fatos sociais, isto é, a própria realidade ou aquilo que consideramos ser real ou pertencente ao mundo físico. Com isso, os fatos sociais estão vinculados com temas de compreensão social afetando consideravelmente nossa forma de produzir textos orais e escritos.

De acordo com Bazerman, alguns textos possuem estruturas mais tipificadas do que outros em estruturas sociais também bastante tipificadas, há de fato, para o estudioso da linguagem, uma correlação entre os textos produzidos e as atividades envolvidas cotidianamente. Esta tipificação ocorre, considera ele, porque diferentemente dos textos orais, os escritos não possuem todos os elementos de uma interação face a face, mais ainda, não temos acesso imediato ao efeito perlocucionário que nossos textos produzem. Nesse sentido, somos levados a nos valer de formas tipificadas, aumentando assim nossas chances de acerto, de que fomos compreendidos.

Ao padronizar os textos, enfatiza Bazerman (2005), padronizamos também a situação em que ocorrem essas produções, tanto orais quanto

escritas. A última de forma ainda mais acentuada, pois há uma necessidade enorme em padronizar os textos escritos. Entretanto, isso se dá de forma organizada e envolve atividades, isto é, dentro de cada profissão existe um número de gêneros textuais esperados.

Por isso Bazerman acredita que classificar os gêneros apenas pelas suas características internas é um equívoco, uma visão parcial e enganadora de gênero. Ele compreende o gênero “(...) como *fenômenos de reconhecimento psicossocial* que são parte de processos de atividades socialmente organizadas.” (p. 31). Eles se enquadram dentro de atividades, organizações e papéis mais abrangentes. O teórico ainda formula um conjunto de conceitos que se sobrepõem, ele se refere à conjunto de gêneros, sistema de gêneros e sistemas de atividades.

Ao retomar Bronckart (1996), Dolz, Gagnon e Decândio (2010) em *Produção escrita e dificuldade de aprendizado* falam da importância do estudo dos gêneros para o ensino da produção textual, consideram que uma língua natural só é aprendida por meio de produções verbais efetivas, que tomam formas muito diversas em função das situações de comunicação em que se inscrevem.

Preocupados com o ensino, eles consideram o gênero um “mega-instrumento” didático, isto porque o gênero configura-se em instrumento didático, cultural, de ensino e de aprendizagem. Neste sentido, trazem a noção de gênero sendo um “pré-construto histórico, resultante de uma prática e de uma formação social” (p. 40). Dessa maneira, observam que,

Desse ponto de vista, o ensino escolar se organiza em uma perspectiva histórica e cultural. Entrando pelos gêneros textuais, contribuimos para construir referências culturais, não apenas em relação aos textos do patrimônio cultural, mas também ao conjunto da herança social inscrito nas redes de intertextualidade. Damos acesso a ‘maneira de dizer’, a configurações de unidades linguísticas que nos foram transmitidas no decorrer do tempo (DOLZ; GAGNON; DECÂNDIO, 2010, p. 40).

A fim de relacionarem os gêneros com a manifestação das práticas languageiras, eles retomam alguns conceitos bakhtinianos de gênero, isto é, de gênero do discurso sendo tipos relativamente estáveis de enunciados, produtos de sua história e de caráter variável e dinâmico. Apoiaram-se também no paradigma vygotskiano e em Schnewly (1994) para apresentarem sua visão do gênero como megainstrumento didático.

Além dos teóricos citados ao longo do texto, apresentamos também as concepções que Marcuschi (2005) tem sobre o tema. Observa-se de antemão que ele não foge muito do que já foi exposto acima, ao con-

trário, retoma e confirma as discussões, relacionando os gêneros com os diversos campos da atividade humana.

Assim, de acordo com Marcuschi (2005),

(...) usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características *sociocomunicativa* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição (...) (MARCUSCHI, 2005, p. 22-23).

Para ele os gêneros são também “fenômenos históricos”, e “formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa”, sendo definidos por seus propósitos (funções, intenções, interesses) e não por suas formas.

Marcuschi observa que os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativas, ao contrário, caracterizam-se como eventos altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos, surgindo de acordo com nossas necessidades e atividades socioculturais, bem como em nossa relação com as inovações tecnológicas. Neste sentido, ele observa que foi após a invenção da escrita alfabética, por volta do século VII a. C, que os gêneros se multiplicaram, principalmente com o “florescimento” da cultura impressa e que atualmente em plena fase da *cultura eletrônica*, com o telefone, o gravador, o rádio e principalmente o computador pessoal e surgimento da Internet, assistimos a uma explosão de novos gêneros e novas formas de comunicação, tanto na oralidade como na escrita. No entanto, para ele esses novos gêneros não são tão novos assim, pois, em muitos casos, se ancoram em outros gêneros já existentes. Ele retoma Bakhtin [1997] para falar na “transmutação” dos gêneros e na assimilação de um gênero por outro gerando novos, dando como exemplo o e-mail que gera *mensagens eletrônicas* e que têm nas cartas e nos bilhetes os seus antecessores.

O linguista ainda fala da adequação do gênero, isto é, normas sociais relativas aos gêneros textuais. Para ele, não existe apenas a questão da produção adequada, mas também de sua utilização apropriada. Marcuschi (2005, p. 34) observa alguns aspectos que devemos seguir na produção do gênero, são eles:

A natureza da informação ou do conteúdo; nível de linguagem (formal, informal, dialetal, culta etc.); tipo de situação em que o gênero se situa (pública, privada, corriqueira, solene etc.); relação entre os participantes (conhecidos, desconhecidos, nível social, formação etc.) e por último, natureza dos objetivos das atividades desenvolvidas (MARCUSCHI, 2005, p. 34).

Ele acredita que esses aspectos servem mais para identificar as condições de adequação genérica na produção dos gêneros, principalmente os orais. Marcuschi observa ainda que essa perspectiva de gênero pode ser facilmente levada para sala de aula e transformada em atividades que envolveriam produção textual, análise dos diversos eventos linguísticos ou apenas identificação das características de cada gênero.

No intuito de fazermos uma breve análise das formas pronominais “eu” e “você” que se apresentam na função de sujeito de referência indeterminada nas peças publicitárias abaixo, faz-se relevante termos uma noção do gênero anúncio publicitário, uma vez que optamos trabalhar neste artigo com este modelo de gênero textual.

Lazarini (2013) retoma Costa (2008) para falar um pouco mais sobre o gênero anúncio publicitário. Neste sentido, a publicidade pode ser definida como uma “mensagem que procura transmitir ao público, por meio de recursos técnicos, multissemióticos, e através dos veículos de comunicação, as qualidades e os eventuais benefícios de determinada marca, produto, serviço ou instituição” (COSTA, 2008, *apud* LAZARINI 2013, p. 56). Assim, o gênero anúncio publicitário tem como objetivo principal anunciar um produto com a finalidade de venda, para isso vale-se de diversas estratégias persuasivas de convencimento do público leitor para compra de um produto ou de uma ideia.

Veremos a seguir como a rede de supermercados Laticínios Queiroz e o Grupo Univix valem-se de estratégias persuasivas para difundirem e, com isso, venderem o seu produto através das peças publicitárias abaixo.

5. O corpus em análise

Na peça publicitária acima, percebemos que as formas pronominais “Você” e “Nós” foram intencionalmente deslocadas de uma situação de interação face a face real com o propósito de criar uma situação de informalidade entre a empresa de ensino e seu público alvo.

Por outro lado, notamos que os dois enunciados dialogam entre si, temos assim, “Você tem muitas ideias” e “Nós, a melhor formação”. Neste sentido, observamos que este diálogo vai além desta estrutura linguística relacionando os elementos verbais acima com os não-verbais, ou seja, a imagem de um jovem personificando um estudante com um balão

representando o pensamento dele e que reproduz diversos símbolos que representam os cursos por ele almejados.



Fig. 01: Publicidade Univix

(Fonte: <http://www.folhavoritoria.com.br/geral/blogs/midiaemercado/tag/aquatro>. Acesso em: 06-04-2013).

Fica de certa forma claro que o público alvo da peça e do próprio enunciador, isto é, o Grupo Univix, são os jovens estudantes que procuram uma formação em um curso superior de ensino. E é por meio do propósito comunicativo de convencimento do outro que notamos a indeterminação do sujeito através da forma pronominal “Você”, que pode ser qualquer pessoa que sonha entrar em curso superior. No entanto, esta indeterminação já não ocorre com a instituição de ensino, esta é bem determinada através do pronome “Nós”, sujeito simples e determinado sintaticamente e semanticamente, o próprio Grupo Univix que oferece a melhor formação superior aos jovens estudantes.



Figura 02: Publicidade Laticínios Queiroz

(Fonte: <http://www.flickr.com/photos/andrecoستا/6970268362>. Acesso em: 06-04-2013)

A empresa do ramo alimentício Laticínios Queiroz por meio da campanha “Eu quero preço baixo” vale-se de diversas estratégias persuasivas no intuito claro de convencimento do público consumidor para compra de seus produtos. Assim, percebemos três enunciados que dialogam entre si e com o público alvo, temos “Eu quero é preço baixo”, Tá todo mundo pedindo, a Queiroz atende!” e, por último, “Aproveite as nossas ofertas com os preços mais baixos que você já viu!”. Consideramos aqui que o primeiro enunciado é o mais relevante em nossa análise, tanto pelo destaque dado à ele no outdoor quanto por configurar o nome da campanha publicitária.

Com isso, percebemos que o sujeito “Eu” pode ser qualquer pessoa que anseia por preços mais reduzidos. É relevante também a reflexão que moramos em um país subdesenvolvido onde a maior parte da população enfrenta dificuldade financeira, isso sem falar no desemprego, na falta de moradia própria, e na inflação que torna os preços cada vez mais elevados. Dessa maneira, é por meio da força da expressão “Eu quero” que fica evidenciado todo o anseio do público consumidor por preços baixo.

Por último, vemos que a única forma linguística que exerce a função de sujeito simples é a própria empresa Laticínios Queiroz através do enunciado “(...) a Queiroz atende!”, aqui realmente não há dúvidas em relação à determinação do sujeito. Por outro lado, notamos que a indeterminação do sujeito não ocorre somente por meio do pronome “Eu”, mas também, através da expressão “todo mundo” e do pronome “você” nos enunciados “Tá todo mundo pedindo (...)” e “(...) que você já viu!”.

Neste sentido, percebemos que em uma análise tradicional as formas citadas acima se configuram sujeito explícito simples, no entanto, sabemos que isso não diz tudo, por apresentar uma concepção de língua autônoma e que privilegia o estudo da estrutura linguística independente de seu uso em situações comunicativas reais. Assim, em uma análise linguística mais ampla, devemos levar em conta não apenas os elementos linguísticos, mas todo o contexto da peça publicitária, seus propósitos comunicativos, a situação envolvida, o público leitor e o próprio enunciadador.

6. Considerações finais

Percebemos em Koch (2010) que a referenciação configura-se uma atividade discursiva em que é o sujeito quem decide sobre o material linguístico em função da situação comunicativa em que está envolvido, isto é, a intenção dos interlocutores é guiar suas escolhas na cena enunciativa.

Isto se confirma em nossa breve análise das formas “eu” e “você” utilizadas no intuito de criar um efeito de sujeito de referência indeterminada. Para procedermos às análises, relevante também se fez que compreendêssemos a complexidade da noção de gênero textual e sua relação com nossas escolhas e com nossa vida cotidiana. Assim, evidenciou-se que os pronomes “eu” e “você” foram cuidadosamente selecionados pelos criadores das peças publicitárias no intuito de aproximarem as empresas contratantes com seu público alvo.

Relevante também se fez adotarmos os preceitos do funcionalismo linguístico por entenderem a linguagem não com um objeto autônomo, dissociado do mundo sensível, mas com um instrumento de interação social, indo além da estrutura gramatical e buscando no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua. Neste sentido, como advoga Cunha, Costa e Cezario (2003) nas análises de cunho funcionalistas, precisamos compreender o fenômeno sintático, estudar a língua em uso, porque é nesse espaço que a gramática é constituída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAZERMAN, Charles. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. Org.: Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. Rev. técnica: Ana Regina Vieira et al. São Paulo: Cortez, 2005.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Funcionalismo e gramática. In: _____. *Para Sempre em mim: homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, 1999, p. 213-233.

DOLZ, Joaquim; GAGNON, Roxane; DECÂNDIO, Fabrício. *Produção escrita e dificuldade de aprendizado*. Campinas: Mercado das Letras, 2010.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVÓN, T. *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: ____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 33-52.

LAZARINI, Darcylene Dutra. *O gênero publicidade e a intergenericidade: práticas docentes e estratégias de ensino-aprendizagem de leitura na Educação de Jovens e Adultos*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-97XP87/tese_dalcylene_dutra_lazarini_2013.pdf?sequence=2.

Acesso em: 06/04/2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 195, 2005.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.